

INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: EDUARDO DA COSTA PAES
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)

DESPACHO

OFÍCIO – JUNTADA.

VISTA – PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA.

1. O assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

O inquérito foi instaurado para investigar a suposta prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986.

Vossa Excelência, em 23 de junho de 2017, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para

INQ 4435 / DF

sequência quanto ao investigado Eduardo Paes, que não detém prerrogativa de, ajuizada ação penal, vir a ser julgado pelo Supremo.

A Primeira Turma, em 19 de setembro de 2017, deu provimento ao agravo interno formalizado por Eduardo da Costa Paes para determinar o retorno dos autos ao Supremo, viabilizando a apuração conjunta dos fatos em investigação.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Ofício GPGJ nº 1.288, de 14 de novembro de 2017, encaminha os autos do procedimento MPRJ nº 2017.00778077, alusivo aos documentos originados do desmembramento, para sequência no Supremo. Destaca manifestação do Grupo de Atuação Especializada no Combate à Corrupção – GAECC/MPRJ, na qual postulada a remessa das peças a este Tribunal, ante a notícia do julgamento do agravo.

2. Juntem o ofício e os documentos que o acompanham, relativos ao procedimento MPRJ nº 2017.00778077.

3. Deem vista à Procuradoria-Geral da República.

4. Publiquem.

Brasília, 27 de novembro de 2017.

Ministro MARCO AURÉLIO.

Relator